



**O PAPEL DOS BENEFÍCIOS DA CRIANÇA
EM ATIVAR AS POLÍTICAS FAVORÁVEIS
À FAMÍLIA PARA ALCANÇAR O TRIPÉ DA
SUSTENTABILIDADE**

Um informe de evidências

Autor: Michael Samson

Contribuidores Técnicos: David Stewart; Ian Orton

Foto da capa:

© UNICEF_UN0312258_Sokol

Introdução

Os formuladores de políticas em todo o Sul Global lidam hoje com compensações vitais envolvendo políticas favoráveis à família. Evidências convincentes demonstram que a licença parental remunerada, as pausas para amamentar, os cuidados infantis de qualidade e os benefícios das crianças permitem que as famílias proporcionem aos filhos o melhor começo possível na vida, particularmente em termos de melhoria da saúde, educação e outras dimensões do bem-estar.¹ Os ministérios das finanças, no entanto, expressam preocupações sobre a sustentabilidade fiscal e as compensações de recursos que afetam as prioridades de crescimento econômico. Esta nota cria um caso de negócios para benefícios para crianças que não apenas apoia as famílias com recursos financeiros, mas também integra um sistema de proteção social mais abrangente que permite que as sinergias inter-setoriais apoiem um amplo conjunto de resultados de desenvolvimento além do tripé da sustentabilidade. Esta nota define “benefícios para crianças” como transferências em dinheiro fornecidas pelo governos (ou por outros agentes) às famílias com crianças com a finalidade de combater a pobreza e a vulnerabilidade e de promover o bem estar das crianças. As famílias podem receber benefícios em dinheiro e equivalentes a dinheiro para as crianças por meio de transferências monetárias que visam a nutrição, a educação, a saúde, o saneamento e os resultados comportamentais das crianças. Se adequado, os benefícios para a criança complementam outros componentes de políticas favoráveis à família para melhor capacitar os pais e outros cuidadores a criarem crianças mais saudáveis, mais instruídas e mais felizes. Essas intervenções apoiam abordagens abrangentes para o desenvolvimento da primeira infância, a fim de estimular o capital cognitivo das crianças, que, ao aumentar a produtividade do

trabalho relevante para a economia baseada no conhecimento do século XXI, representa o principal impulsionador da prosperidade futura de uma nação.

Os tomadores de decisão de políticas hoje enfrentam escolhas vitais para o futuro do crescimento econômico e da prosperidade em suas nações. Os países de maior sucesso nas próximas décadas reconhecerão agora que o futuro não apenas do desenvolvimento social inclusivo, mas também do crescimento econômico equitativo, depende mais do que nunca de seus investimentos nessas políticas favoráveis à família. Esta nota considera dois pontos principais. Primeiro, os benefícios para crianças integrados dentro de um sistema de proteção social ao longo do ciclo de vida proporcionam às famílias, aos negócios e à economia como um todo. Os benefícios para crianças ajudam a transformar o caráter do crescimento econômico em uma dinâmica inclusiva e sustentável que produz resultados para as crianças e suas famílias - e prosperidade para suas comunidades e suas nações. Os benefícios da criança dentro de um sistema abrangente de proteção social apoiam a realização de 14 dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Em segundo lugar, os benefícios infantis constituem o eixo de um sistema abrangente de proteção social que constrói pontes a partir de silos políticos de um único setor e adota abordagens abrangentes e integradas de desenvolvimento inclusivo e crescimento econômico, começando com investimentos na primeira infância que integram saúde, educação, assistência social, benefícios familiares, proteção infantil, água, saneamento e outros setores. Isso fortalece uma dinâmica de desenvolvimento que melhora o bem-estar das famílias, garante que o setor privado prospere e reforça uma economia nacional forte.

Benefícios para crianças ajudam a fornecer o tripé da sustentabilidade

Os benefícios para crianças - e os benefícios universais da criança em particular - representam a base de um sistema abrangente de proteção social e os instrumentos centrais mais eficazes no combate à pobreza. Entregam para as famílias, para os negócios e para a economia. Os benefícios da criança cabem dentro de um sistema de proteção social mais amplo que integra um sistema de instrumentos de política que combatem a pobreza, a vulnerabilidade e a exclusão social. Os instrumentos incluem não apenas benefícios para crianças, mas também outras transferências em dinheiro e em espécie, mecanismos de seguro, programas que facilitam o acesso a serviços sociais e medidas de desenvolvimento associadas para promover meios de subsistência. Esses benefícios atingem indivíduos, famílias e comunidades inteiras. Essas intervenções atenuam as vulnerabilidades ao longo do ciclo de vida, apoiando a dignidade e cumprindo os direitos humanos. Elas fortalecem o desenvolvimento social inclusivo e o crescimento econômico equitativo, tanto pela construção do capital humano, quanto pela capacitação de pessoas pobres para aumentar sua participação em atividades economicamente produtivas, beneficiando tanto o setor privado quanto a economia nacional maior.

Uma base de evidências bem documentada demonstra que os benefícios da criança (e outros instrumentos de proteção social) fortalecem consistentemente o desenvolvimento do capital humano, especialmente quando os benefícios chegam às mulheres grávidas e crianças pequenas.² Os benefícios para crianças permitem que as famílias façam investimentos de longo prazo em educação, saúde e componentes vitais de nutrição, beneficiando diretamente as crianças enquanto estabelecem as bases para o futuro crescimento econômico. Por exemplo, o Hagen-Zanker et al.³ Uma revisão macro de 201 estudos rigorosos sobre transferências de renda operando em países de renda baixa e média, muitos dos quais destinados a famílias, alcançou as seguintes conclusões amplamente positivas: transferências de renda estimulam o uso de serviços de saúde e melhoram a diversidade alimentar, mas há menos evidência de que eles afetam a altura e o peso das crianças. Também aumentam as taxas de

frequência escolar, mas existem lacunas de evidências em termos de resultados de aprendizagem.

Pode-se argumentar que esses impactos sobre o capital humano fortalecem o crescimento econômico, aumentando a produtividade do trabalho, promovendo o desenvolvimento sustentável e expandindo os meios de subsistência e as oportunidades de emprego.⁴ Por exemplo, há evidências de que as transferências monetárias de vários tipos têm um efeito benéfico sobre o crescimento macroeconômico, em parte impulsionando a demanda local do consumidor e do produtor, e a atividade empreendedora de pequena escala. Já que os impulsionadores desse crescimento envolvem transferências pró-pobres, os benefícios também reduzem a desigualdade econômica.

Os efeitos sobre o crescimento podem ser divididos em efeitos diretos, principalmente por permitir que famílias de baixa renda invistam e aumentem a produtividade, e indiretos, alterando a distribuição de renda, o que tende a melhorar o crescimento. Na América Latina, há evidências de que a proteção social contribuiu positivamente para o crescimento econômico e apoia a estabilidade macroeconômica. Um estudo da Organização Internacional do Trabalho (OIT) sobre sistemas de proteção social na América Latina mostrou uma correlação positiva entre provisão de proteção social e crescimento econômico.⁵ O estudo concluiu:

Existe uma ligação positiva entre a expansão dos sistemas de proteção social e o desenvolvimento econômico. Como estudos recentes mostraram, não há compensação entre redistribuição e crescimento. De fato, os países latino-americanos com maior índice de proteção social, ou mesmo maior gasto social, tiveram taxas de crescimento mais altas.⁶

No Brasil, o sistema de transferência de dinheiro do Bolsa Família foi creditado com o crescimento do produto interno bruto (PIB). Como as famílias de baixa renda têm uma alta propensão a consumir, uma grande parte do dinheiro recebido através do *Bolsa Família* é gasto em bens e necessidades básicas, e isso tem um efeito multiplicador de renda.⁷

Bolsa Família fortaleceu as economias locais, já que a maior parte do dinheiro foi gasto nos mercados locais, gerando demanda por bens e serviços domésticos. Em muitos casos, isto favorece as pequenas e microempresas nas zonas rurais, e o programa desempenha assim um papel importante no incentivo à criação de emprego.⁸ A existência desse sistema antes da crise e sua expansão durante esse período, podem ajudar a explicar porque o Brasil lidou razoavelmente bem com o choque global de 2008 em diante e conseguiu sustentar o crescimento.

As transferências de renda estimulam o crescimento econômico de pelo menos três maneiras: os indivíduos são capazes de investir mais, a economia local é estimulada pelo aumento dos gastos e os gastos extras têm um efeito multiplicador no crescimento econômico.⁹ Hailu e Soares em seu estudo de transferências de renda no Brasil concluíram:

... políticas sociais bem projetadas e direcionadas estimulam a demanda e o consumo agregado. O mecanismo de transmissão é simples. Um ciclo virtuoso de aumento da renda das famílias mais pobres, juntamente com o crescimento dos salários, ampliou o mercado interno. O maior consumo de bens do mercado de massa levou à crescente demanda por mão de obra para essas mesmas famílias, estimulando novos aumentos de renda e poder aquisitivo.¹⁰

Eles acrescentaram que uma razão para o Brasil não sofrer tanto quanto outros países durante a crise financeira de 2008 foi que a economia doméstica foi fortalecida, enquanto a redução na desigualdade de renda devido a transferências monetárias impulsionou a produção doméstica. Durante a crise, o *Bolsa Família* foi creditado com o aumento do crescimento do PIB e desempenho melhor a esse respeito do que outras intervenções. Grande parte do dinheiro recebido através do *Bolsa Família* foi gasto em bens locais e necessidades básicas, o que teve um efeito multiplicador na economia local.¹¹

Efeitos multiplicadores também são cruciais.¹² Um estudo do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada apoiou esta afirmação, argumentando que o multiplicador de renda é maior quando as transferências públicas são direcionadas para famílias de baixa renda. Estimaram que um aumento de 1% do PIB no *Bolsa Família* resultou em uma variação positiva de 1,44% no PIB e de 2,25% na renda familiar, enquanto o mesmo aumento no pagamento de juros

elevou o PIB em apenas 0,71% e renda familiar em 1,34 por cento.¹³

Na Colômbia, um estudo sobre os efeitos das transferências de renda *Familias en Acción* (agora denominadas *Más Familias en Acción*) usou dados de luminosidade gerados por satélites em órbita da Terra, que serviram como proxy para o crescimento econômico e per capita. O estudo concluiu que o programa causou um efeito positivo de 0,11 na taxa de crescimento e taxa de crescimento per capita nos municípios tratados em 2004.¹⁴ A pesquisa concluiu que os efeitos da economia local fortaleceram o crescimento econômico.

Os benefícios para crianças e outros instrumentos de proteção social reduzem a desigualdade e promovem a coesão social.¹⁵ Esses programas geralmente têm o benefício de capacitar indivíduos que são marginalizados por fatores estruturais. Ao abordar as necessidades de grupos particularmente desfavorecidos, os programas promovem a igualdade de gênero e econômica, aumentando a confiança e a satisfação dos cidadãos em sua sociedade e governo.¹⁶ Além disso, a proteção social tem a capacidade de ajudar os cidadãos vulneráveis a lidar com novos riscos, como os desastres cada vez mais comuns relacionados ao clima que afetam desproporcionalmente o Sul Global, fornecendo-lhes proteção financeira contra esses choques.

Os benefícios da criança fornecem o elemento fundamental para sistemas de proteção social e marcos de desenvolvimento maiores. Em particular, os benefícios para crianças podem fortalecer iniciativas para a igualdade de gênero.

Os governos entregam os benefícios da criança principalmente às mulheres, e uma série de estudos demonstra que os impactos positivos são maiores para as meninas, corrigindo as desigualdades.¹⁷ Um estudo sobre o impacto das transferências de renda¹⁸ em mulheres e meninas, descobriu que elas impactavam positivamente o bem-estar e as oportunidades de mulheres e meninas, particularmente na educação e no emprego. Verificou-se também que, em geral, as mulheres e meninas beneficiam-se tanto quanto os homens e meninos e há também uma diminuição do trabalho infantil para meninas e meninos, apesar que maiores reduções são vistas para os meninos. No entanto, as transferências de renda podem ter diferentes impactos na maneira como as mulheres e os homens ocupam seu tempo, com as mulheres às vezes aumentando o tempo gasto com o trabalho

doméstico (juntamente com a redução do tempo gasto pelas meninas nas tarefas domésticas). Há alguma evidência de que os agregados familiares chefiados por mulheres fazem maiores investimentos produtivos do que os chefiados por homens.

Benefícios infantis universais e incondicionais são susceptíveis de proporcionar o maior impacto positivo na igualdade de gênero, uma vez que evitam em grande parte os erros de exclusão, portanto, as crianças mais vulneráveis são mais propensas a usufruir do benefício. No entanto, a cobertura universal não deve ser confundida com a adequação. O impacto dos benefícios universais está relacionado tanto à extensão quanto à adequação da cobertura. Um benefício baixo geralmente terá um impacto insignificante. Um conjunto substancial de evidências mostra que os programas direcionados geralmente excluem a maioria dos beneficiários pretendidos (principalmente mulheres),¹⁹ e as condicionalidades podem reforçar os estereótipos de gênero e im-

por cargas ineficientes e injustas às mulheres.²⁰ Benefícios universais e incondicionais da criança beneficiam tanto os direitos mais efetivos para as famílias quanto os que contribuem de forma mais produtiva para o tripé da sustentabilidade.²¹

Os benefícios da criança melhoram o caráter inclusivo do crescimento econômico sustentável porque abordam tanto as manifestações quanto as causas profundas da pobreza e da exclusão social. Eles também fortalecem os padrões pró-pobres de crescimento econômico e integram intervenções intersectoriais que asseguram melhor o desenvolvimento social inclusivo. Os programas representam uma poderosa ferramenta política para fortalecer o progresso em direção à realização da maioria dos ODS, particularmente os mais importantes para a realização dos direitos das crianças. A Figura 1 ilustra o núcleo documentado e impactos complementares de proteção social e como eles são mapeados para os SDGs individuais.

Figura 1.

O papel dos benefícios das crianças (e outros instrumentos de proteção social) no apoio aos ODS



Evidência

BENEFÍCIOS PARA CRIANÇAS ENTREGAR PARA AS FAMÍLIAS

Benefícios para crianças reduzem a pobreza e melhoram o bem-estar das famílias e de seus filhos

Em todo o mundo, os benefícios para crianças provam estar entre os instrumentos governamentais mais eficazes para combater a pobreza. Na África do Sul, o Subsídio de Apoio à Criança é a base de um sistema de subsídio social que reduz em 68% a brecha de miséria do país.²² Na Tailândia, um novo Subsídio de Apoio à Criança reduz eficientemente a pobreza para os grupos demográficos mais vulneráveis do país.²³ Em países de alta renda, as nações que adotaram benefícios universais para crianças (UCBs) e têm significativa progressividade em seus sistemas tributários relatam taxas de pobreza infantil abaixo da média.²⁴

As evidências dos países de alta renda mostram que os países com benefícios infantis universais - na grande maioria - relatam taxas de pobreza infantil abaixo da média²⁵ de acordo com os dados mais recentes (Luxemburgo e Eslováquia são exceções, mas estão entre 1-2 pontos percentuais da média), incluindo 6 dos 10 melhores lugares; e que - depois de controlar o crescimento econômico, os gastos

com outras transferências sociais no sistema de assistência social e as taxas de diferentes tipos de famílias (especificamente pais) - as taxas médias de gastos públicos baseados em dinheiro em famílias, gastos em UCBs como parte de Abordagens universais abrangentes²⁶(incluindo benefícios parentais solitários universais e extensas políticas de licença familiar) produzem taxas notavelmente mais baixas de pobreza em geral²⁶ (eficácia) e são mostrados para relatar maiores reduções na pobreza em países com gastos incrementalmente elevados (eficiência).²⁷ Especificamente, os resultados de eficácia e eficiência são confirmados naquilo que poderia ser chamado de países 'abrangentes da UCB' - Estônia, França, Hungria, Noruega, Dinamarca, Finlândia, Suécia, que historicamente há muito tempo desfrutam de UCBs. Isso não dizer que as abordagens direcionadas não têm impacto significativo (intuitivamente, elas têm efeitos de redução da pobreza, devido à sua natureza direcionada), ao invés de ficarem atrás das UCBs em relação à eficácia.²⁸

Benefícios para crianças melhoram os resultados nutricionais e de saúde das crianças

Os primeiros 1,000 dias de vida de uma criança representam uma janela crítica para intervenções nutricionais e comportamentais, pois, as crianças experimentam um rápido crescimento físico e mental durante esse período. A nutrição adequada e a estimulação psicossocial são essenciais para garantir

que as crianças atinjam os marcos do desenvolvimento de maneira oportuna.²⁹ Tão importante quanto à compreensão da desnutrição infantil são as consequências de os cuidadores adultos terem um conhecimento adequado dos hábitos alimentares que possam garantir bons resultados nutricionais. O con-

hecimento materno de hábitos próprios de criação e alimentação, especialmente no que diz respeito a quantidade de tempo gasto com a amamentação, a quantidade e qualidade de alimentos sólidos, tem se mostrado tão importante para garantir a saúde infantil quanto o acesso aos alimentos.³⁰ A desnutrição compromete o crescimento econômico futuro ao prejudicar o desenvolvimento físico e cognitivo, bem como aumentando a probabilidade de futuros problemas de saúde que reduzem a produtividade. Benefícios para crianças e outros programas de proteção social, projetados e implementados de forma eficaz melhoram os resultados nutricionais³¹ O Subsídio de Apoio à Criança da África do Sul reduziu o deficit de crescimento e melhorou outros resultados nutricionais.³² A transferência condicional de renda da família da Colômbia resultou em uma melhora na estatura para a idade.³³ Uma avaliação recente do Subsídio de Apoio à Criança da Tailândia encontrou resultados semelhantes.³⁴ Uma avaliação do programa de transferência de renda da Indonésia PKH encontra resultados importantes relacionados à saúde, em termos de aumento de consultas pré-natais e indicadores de imunização e redução do deficit estatural severo.³⁵ Uma avaliação do programa de assistência à infância das Filipinas 4Ps encontra impacto significativo em toda uma série de resultados

sensíveis à criança, “incluindo a melhoria na saúde preventiva entre mulheres grávidas e crianças mais jovens” e a redução da desnutrição.³⁶

Os benefícios para crianças e outros programas de proteção social sensíveis à criança fortalecem os resultados de saúde das crianças. As avaliações do Fundo de Equidade de Saúde no Camboja, um sistema de incentivo à maternidade no Nepal e um programa de seguro de saúde na Indonésia (JAMKESMAS) documentam melhorias no acesso à saúde, particularmente para crianças. Outras avaliações encontraram melhorias diretas nos resultados em saúde. Os recém-nascidos no programa de Progreso do México (agora Prospera) eram 25,3 por cento menos propensos a ter estado doente no mês anterior do que os recém-nascidos em lares comparáveis que não recebiam benefícios. Crianças de 0 a 3 anos de idade tinham 39,5 por cento menos probabilidade de adoecer ao longo de 24 meses que os efeitos do programa estavam sendo medidos.³⁷ Na África do Sul, as crianças matriculadas no Subsídio de Apoio à Criança desde o nascimento, particularmente as meninas, tinham menos probabilidade de sofrer doenças do que aquelas que aderiram ao programa mais tarde na infância.³⁸

Benefícios para crianças melhoram os resultados da educação das crianças

Os benefícios das crianças também geram melhorias importantes nos resultados educacionais. Programas de transferência de renda ao redor do mundo melhoram as taxas de frequência escolar.³⁹ O programa do México Oportunidades (agora Prospera) resultou no aumento da matrícula de crianças na escola primária, especialmente para meninas. A matrícula no ensino médio aumentou em 6 pontos percentuais para meninos e 9 pontos percentuais para meninas. Além disso, a taxa de transição de meninas da escola primária para a secundária aumentou em 15 pontos percentuais.⁴⁰ Além disso, as taxas de desistência diminuíram em 24%, com um aumento correspondente nas taxas de conclusão de 23% nas escolas secundárias rurais.⁴¹ Estes resultados indicam um aumento geral nos

anos completos de escolaridade de cerca de 10 por cento para as crianças das famílias abrangidas pelo Oportunidades. Significativamente, prevê-se que isso aumente os futuros ganhos permanentes das crianças em cerca de 8% quando se tornarem adultos.⁴² Crucialmente, o programa Oportunidades praticamente erradicou as lacunas de gênero na matrícula de meninos e meninas nas escolas secundárias. Isto é especialmente verdade nas áreas rurais.⁴³ Avaliações quantitativas rigorosas de programas de transferência de renda em Bangladesh e no Camboja identificam impactos ainda maiores.⁴⁴ O Subsídio de Apoio à Criança da África do Sul demonstra impactos semelhantes em termos de melhores resultados educacionais, com impactos particularmente poderosos para as meninas.⁴⁵

BENEFÍCIOS PARA CRIANÇAS ENTREGAM AOS NEGÓCIOS

Benefícios infantis fortalecem a produtividade do trabalho e melhoram a competitividade do setor privado

Em toda a Ásia, África e América Latina, uma extensa base de evidências documenta os importantes impactos dos benefícios para crianças e outros programas de proteção social no aumento da produtividade do trabalho, particularmente fortalecendo a segurança alimentar, reduzindo o déficit de crescimento e melhorando uma ampla gama de resultados nutricionais.⁴⁶ Por exemplo O Subsídio de Apoio à Criança da África do Sul produz impactos nutricionais que melhoram a produtividade do trabalho a longo prazo e geram taxas econômicas de retorno entre

60% e 130% em termos de ganhos salariais a longo prazo.⁴⁷ Pesquisa do Banco Mundial revela que adultos que sofreram a desnutrição infantil perderam 12% dos ganhos potenciais devido à menor produtividade do trabalho - custando à China e à Índia bilhões de dólares por ano em rendimentos perdidos⁴⁸ Investir em benefícios para crianças fornece uma das ferramentas mais produtivas do governo para aumentar a produtividade do trabalho e fortalecer o setor privado.

Benefícios para crianças fortalecem oportunidades de investimento e empreendedorismo

Os benefícios para crianças e outros programas de proteção social às vezes proporcionam às famílias pobres o capital que possibilita investimentos e melhor acesso aos mercados de trabalho, o que pode tirá-los da pobreza. Por exemplo, o programa de Benefício Infantil da Zâmbia permitiu que os agregados familiares beneficiados aumentassem os insumos agrícolas, como sementes e mão-de-obra, e expandissem a terra usada para produção agrícola em 34 por cento, multiplicando o impacto no bem-estar das famílias, aumentando as vendas em 50 por cento.⁴⁹ As transferências monetárias no Quênia, Lesoto, Malauí e Zâmbia permitiram que as famílias beneficiárias expandissem sua propriedade pecuária. O programa social de transferência de renda da Zâmbia também permitiu que as famílias diversificassem para empreendimentos comerciais não-agrícolas, aumentando essas atividades em 16%.⁵⁰ Enquanto os benefícios para crianças visam principalmente beneficiar direta e imediatamente as

crianças, eles também permitem que as famílias tenham uma visão mais ampla para melhorar o bem-estar infantil.

As transferências monetárias familiares também contribuem para o crescimento, impulsionando o empreendedorismo e a assunção de riscos produtivos. Isso pode assumir a forma de estar mais preparado para experimentar novos produtos ou culturas de maior rendimento. A evidência deste último foi encontrada no Oportunidades; o programa aumentou a probabilidade de gastos com insumos da lavoura de 4,8 pontos percentuais.⁵¹ Animais mais produtivos foram comprados. As famílias abrangidas pelo sistema eram 17,1% (4,2 pontos percentuais) mais propensas a possuir animais de tração e 5,1% (3,6% pontos percentuais) mais propensas a possuir animais de produção do que os domicílios de controle, enquanto o aumento do valor dos animais de tração possuídos era (21,4%) maior e o valor dos

animais de produção (16,6%) maior.⁵² Por razões semelhantes, a transferência condicional de renda do Paraguai Tekoporã teve um impacto significativo no estímulo à atividade agrícola. Ao longo de um período de 12 meses, as famílias beneficiárias, principalmente agricultores por conta própria, investiram mais 45% a mais na produção do que as famílias não beneficiárias, e eram seis por cento mais propensos a adquirir gado extra.⁵³ As transferências monetárias

também incentivaram famílias extremamente pobres a começar a investir na produção.

Ao proporcionar segurança e liquidez, os benefícios para crianças (e outros instrumentos de proteção social) podem ajudar as famílias a escapar das armadilhas da pobreza e melhorar os meios de subsistência que sustentam as famílias e seus filhos.

Benefícios para crianças fazem com que os mercados funcionem melhor para as famílias e seus filhos

A privação domiciliar reforça persistentemente as armadilhas da pobreza no Sul global, porque as famílias pobres não podem participar dos mercados que funcionam bem e que impulsionam o crescimento econômico e a prosperidade. Sem renda, o lado da demanda dos mercados se atrofia, desestimulando os intervenientes do setor privado a produzir. A atrofia do mercado desencoraja o emprego e prende comunidades e até nações na pobreza. Crises econômicas e desacelerações tornam essa dinâmica particularmente devastadora.

Benefícios para crianças proporcionam um efeito anticíclico e pró-pobre que pode romper as armadilhas da pobreza. Resilientes aos ciclos de negócios, os benefícios para crianças proporcionam uma influência estabilizadora nos mercados e na economia em geral. Ao proporcionar uma renda segura aos mais pobres e mais vulneráveis, os benefícios para crianças expandem a participação no mercado e reforçam o papel do setor privado na melhoria do bem-estar das famílias. Benefícios para crianças também fazem com que os mercados funcionem melhor para as famílias pobres e seus filhos.

BENEFÍCIOS PARA CRIANÇAS ENTREGUE PARA A ECONOMIA

Benefícios infantis fortalecem a resiliência macroeconômica e a coesão social

Os benefícios para crianças e outros programas de proteção social também demonstraram impactos na resiliência macroeconômica, especialmente quando as famílias estão enfrentando choques. O desenvolvimento do capital humano não apenas possibilita a inovação, como também torna as famílias mais resilientes ao permitir que elas mantenham o consumo adequado de alimentos e a estabilidade em tempos

de conflito. A proteção social também pode reduzir a poupança preventiva, o que significa que as pessoas são mais propensas a apoiar o crescimento econômico por meio do consumo, portanto, a proteção social pode ajudar a estimular a demanda agregada.

Há evidências de que as transferências monetárias familiares têm sido usadas estrategicamente como

estabilizadores macroeconômicos para sustentar famílias de baixa renda, e que essa política keynesiana tem sido relativamente eficaz e ficou evidente após a crise financeira de 2008. Por exemplo, o Brasil experimentou uma recessão brusca mas, por comparação internacional, recessão relativamente breve como resultado da crise financeira global de 2007 - 08. Como parte de um pacote nacional de estímulo, o governo elevou em 10% o valor do Bolsa Família, o que representa 1,5% do pacote de estímulo.⁵⁴ Ao analisar os resultados, o Centro Internacional de Políticas para o Crescimento Inclusivo concluiu que, durante a crise financeira, os aprimoramentos do Bolsa Família suavizaram os efeitos adversos do bem-estar, fornecendo uma renda confiável, sustentando o consumo das famílias e evitando um declínio na atividade econômica.⁵⁵ Outros municípios de renda média empregaram recursos adicionais por meio de sua infraestrutura de transferência de renda. A África do Sul estendeu seus Subsídios de Apoio à Criança para todos aqueles com até 18 anos. Isto pretendia resultar em mais 2 milhões de crianças beneficiadas por esta transferência de dinheiro incondicional financiada com recursos públicos.⁵⁶ Em alguns países mais ricos, as transferências monetárias também foram usadas como estabilizador durante a crise financeira. Nos Estados Unidos, a abordagem liderada pela renda usada durante a crise financeira também mostrou que as transferências monetárias ajudaram a recuperação. O Escritório de Orçamento do Congresso dos Estados Unidos estimou que eles desempenharam um papel particularmente importante, calculando que eles tinham um multiplicador de produção de 0,8 a 2,1.⁵⁷

A proteção social fortalece a eficácia e a credibilidade dos governos, fortalece a coesão social e reforça a boa governança, honrando o contrato social (impostos pagos resultam em serviços).⁵⁸ Os programas de proteção social têm sido associados a contribuições positivas para a coesão social. A coesão social neste contexto refere-se à capacidade de diversos grupos dentro de uma sociedade (ou, neste caso, uma nação) trabalharem em colaboração e encontrarem bases comuns em importantes dimensões sociais que possam promover um bem-estar abrangente entre as partes envolvidas.⁵⁹ Há um crescente entendimento na comunidade internacional de que as transferências monetárias contribuem para o crescimento e a estabilidade macroeconômica, promovendo a paz social e a confiança pública nos governos, especialmente em tempos de incerteza econômica. Tanto a pobreza como a desigualdade de renda estão associadas a um aumento do risco de agitação social.⁶⁰ Combinados, eles minam a segu-

rança econômica, portanto, ameaçam a paz social e a estabilidade política e social. As transferências de renda podem apoiar a paz social, ajudando a reduzir as desigualdades econômicas e sociais. A esse respeito, a evidência é bastante encorajadora.

Estudos sobre o impacto das transferências monetárias na distribuição de renda na América Latina mostram que o *Bolsa Família e Oportunidades reduziram a desigualdade, medida pelo coeficiente de Gini*, em cerca de 2,7%.⁶¹ A pensão social quase universal do Brasil tem um impacto ainda maior e representa uma redução de 8,8% na desigualdade.⁶²

Na África do Sul, estima-se que o efeito combinado das principais transferências sociais nacionais de renda - Pensão de Velhice, Subsídio para Deficiência e Subsídio de Apoio à Criança - reduziu o número de indivíduos em situação de pobreza de 40% para 24%. O sistema de subsídios também reduz fortemente a desigualdade - o coeficiente de *Gini* (gasto familiar per capita) caiu de 0,67 sem subsídios para 0,62 com eles.⁶³ As transferências de renda e a proteção social, em geral podem conter a desigualdade e apoiar o crescimento equitativo. Seja qual for o nexo de causalidade, sabemos que há muito menos desigualdade nos países com gastos sociais elevados do que naqueles com menor gasto social, medido pelos coeficientes de Gini entre 0,225 e 0,261 no primeiro, em comparação com 0,3 no último.⁶⁴

A paz social é um requisito para o crescimento. Contribui para a construção da nação, renovando/reforçando a solidariedade social e o contrato social entre Estado e cidadãos,⁶⁵ melhorando a governabilidade e a equidade, estabelecendo condições favoráveis à estabilidade política e social. Sociedades mais iguais também parecem ter um melhor desempenho em várias outras dimensões sociais.⁶⁶ É provável que sociedades mais igualitárias sejam mais abertas a reformas (por exemplo, comércio) e, muitas vezes, isso pode ser pró-crescimento.⁶⁷ Tudo isso estabelece as bases para a prosperidade e estabilidade econômica e uma vida melhor para as crianças.

O sistema de proteção social das Ilhas Maurício, que hoje inclui alguns dos programas de benefícios infantis mais generosos do mundo em desenvolvimento, permitiu ao governo liderar uma economia de monocultura vulnerável com altas taxas de pobreza em um caminho de crescimento elevado e impulsionado pela exportação que produziu taxas de crescimento econômico extraordinariamente altas e algumas taxas de crescimento e algumas das taxas mais baixas de pobreza no mundo em desenvolvimento.⁶⁸ Os

sindicatos trabalhistas do Nepal negociou benefícios para crianças e outras iniciativas de proteção social como contrapartida necessária para reformas de mercado de trabalhos favoráveis aos negócios, com uma conseqüente, combinação de políticas que reforçaria tanto o crescimento quanto a equidade social. O sistema de proteção social do Nepal, que inclui progressivamente o benefício universal e in-

condicional da criança, também serve para ajudar a construir um estado mais seguro, impedir o retorno ao conflito e proporcionar um dividendo visível da paz. Tanto a Indonésia quanto o México empregaram programas de assistência infantil para compensar as famílias pobres pelos custos das reformas econômicas, possibilitando melhor o crescimento que beneficia pessoas ricas e pobres no longo prazo.

Implicações políticas da base de evidências globais para políticas favoráveis à família

TENDÊNCIAS GLOBAIS SOBRE AS POLÍTICAS FAVORÁVEIS À FAMÍLIA E A POLÍTICA DE SITUAÇÃO DE 2019 - MAKERS FACE

Integrar benefícios para crianças dentro de uma estrutura mais abrangente de políticas de proteção social e de investimento centradas na família tem o potencial de fortalecer um paradigma de crescimento inclusivo, permitindo que os governos incentivem o desenvolvimento social inclusivo e impulsionem a dinâmica de crescente prosperidade. Os formuladores de políticas (e defensores) em todo o Sul global enfrentam uma encruzilhada diferenciada, mas importante, incluindo:

1. adotar o investimento centrado na família, porque é a coisa certa a fazer para realizar os direitos dos pais, outros cuidadores e crianças, ou
2. centralizar o investimento em famílias no centro de uma estratégia de crescimento inclusiva de longo prazo que impulsiona a prosperidade futura.

O caso do primeiro caminho é simples. As evidências nas seções anteriores identificam como a distribuição de direitos das crianças e famílias por meio de benefícios para crianças e outros instrumentos de proteção social sensível às crianças, com suas ligações vitais com a nutrição, saúde, educação e meios de subsistência mais sustentáveis, representa o melhor investimento para um futuro mais equitativo para as crianças e suas famílias.

O segundo caminho segue uma rota mais complexa, reconhecendo que os investimentos centrados na família são fundamentais para alcançar impactos no desenvolvimento a longo prazo. Estabelecer as

ligações de desenvolvimento pode cultivar o amplo apoio político para os complexos investimentos que possibilitam o desenvolvimento social inclusivo e o crescimento econômico equitativo - investimentos que garantem e exigem que todas as crianças realizem seus direitos à nutrição, saúde, educação e outras necessidades básicas. Três fatores reforçam a demanda política para essa abordagem, incluindo:

1. Primeiro, o aumento da taxa de dependência no Sul Global ameaça a queda nos padrões de vida, a menos que a produtividade do trabalho aumente mais rapidamente do que a idade das populações. Benefícios para crianças, integrados a políticas favoráveis à família e um sistema maior de intervenções na primeira infância fornece o investimento mais produtivo que os governos podem fazer para garantir uma produtividade de trabalho rapidamente crescente ao longo de gerações. Os benefícios da criança dentro de um sistema de proteção social do ciclo de vida, com os poderosos efeitos de longo prazo resultantes no desenvolvimento do capital humano, combatem a armadilha demográfica do aumento da taxa de dependência, permitindo que a produtividade do trabalho cresça mais rapidamente do que a população envelhece. Isto é particularmente importante para os países de baixa renda que ainda estão colhendo o dividendo demográfico - talvez por mais algumas décadas. Investir agora em crianças constrói um estoque de capital humano e cognitivo de longo prazo que pode gerar dividendos demográficos poderosos e produtivos. Adultos mais instruídos também trabalham mais e de forma mais produtiva, ampliando ainda mais esses dividendos demográficos.

2. Em segundo lugar, a natureza em constante evolução da dinâmica do crescimento coloca o capital cognitivo no centro da riqueza global produtiva hoje. Nenhum país pode construir esse estoque de capital produtor de prosperidade se deixar uma grande proporção de seus filhos desfavorecidos durante a fase do ciclo de vida, quando os retornos ao investimento em capital cognitivo forem os maiores. A proteção social sensível a crianças oferece o investimento mais lucrativo no estoque de capital cognitivo de longo prazo de uma nação. James Heckman, demonstra que as taxas de retorno dos investimentos feitos durante o pré-natal e a primeira infância são entre 7% e 10% maiores do que os investimentos realizados em idades mais avançadas.⁶⁹ Trabalho inovador de um consórcio de economistas, psicólogos, estatísticos e neurocientistas documenta os impactos produtivos do desenvolvimento da primeira infância nos resultados econômicos, de saúde e sociais nacionais. Ambientes adversos da infância levam a adultos sobrecarregados com deficits em habilidades e competências que reduzem a produtividade e aumentam os custos sociais - aumentando assim os deficits fiscais que sobrecarregam as economias nacionais, prejudicando o crescimento e o desenvolvimento a longo prazo.⁷⁰ Investimentos em saúde e bem-estar infantil constroem a base para a vida produtiva e comunidades, sociedades coesas, fortalecendo a futura força de trabalho de um país e sua capacidade de prosperar economicamente. Assegurar que todas as crianças, incluindo as pessoas mais vulneráveis que vivem à margem da sociedade, tenham o melhor começo possível na vida é um meio experimentado e testado para garantir que indivíduos, famílias, comunidades e sociedades alcancem seu potencial máximo a longo prazo.
3. Terceiro, neste ponto do século XXI, as iniciativas políticas já colheram os frutos mais baixos que impulsionaram altas taxas de crescimento econômico e desenvolvimento em muitas regiões do mundo. O progresso futuro depende de políticas que lidam com desafios mais complexos - iniciativas que constroem pontes entre setores e geram sinergias de desenvolvimento. Os benefícios para crianças dentro de um sistema abrangente de proteção social fornecem uma inovação política que demonstra o poderoso potencial de abordagens abrangentes e integradas.

IMPLICAÇÕES DE POLÍTICA: BENEFÍCIOS PARA CRIANÇAS CATALIZAM UM PARADIGMA DA POLÍTICA QUE ENTREGA O TRIPÉ DA SUSTENTABILIDADE

Os benefícios da criança dentro de um sistema abrangente de proteção social têm o potencial de atingir objetivos de desenvolvimento social e econômico, o que aumenta significativamente quando os formuladores de políticas integram as intervenções dentro de marcos políticos mais abrangentes.

Por exemplo, benefícios para crianças financiam contribuições domésticas que de outro modo, destituem a nutrição, saúde e/ou educação das crianças, essas três áreas se reforçam mutuamente, maximizando o potencial de acumulação de capital humano que excede o que uma criança sozinha poderia alcançar. Os benefícios da criança fornecem o eixo que fortalece o desenvolvimento do capital humano, melhora o engajamento dos meios de subsistência e promove amplamente o crescimento econômico da proposição. Uma abordagem multissetorial em que vários setores de políticas trabalhem em conjunto pode fortalecer mais efetivamente a consecução dos objetivos de proteção social, bem como o conjunto mais amplo de objetivos de desenvolvimento, incluindo o crescimento econômico amplamente inclusivo. Por exemplo, os elos causais entre educação e saúde se reforçam mutuamente. Quando os benefícios para crianças permitem que as crianças satisfaçam suas necessidades nutricionais durante períodos críticos de desenvolvimento, as mesmas crianças terão um desempenho melhor na escola, se concentrarão e aprenderão melhor, melhorando os resultados educacionais e maximizando o retorno do governo sobre os gastos com educação. Melhor saúde e escolaridade aumentam a longevidade, tornam os trabalhadores mais produtivos, aumentam o emprego, o que contribui para o crescimento econômico. Mais importante ainda, esses impactos têm repercussões intergeracionais: a saúde e a educação dos pais impulsionam ambos os resultados em seus filhos.⁷¹ Uma abordagem multissetorial que combina benefícios da criança com intervenções de saúde social melhora a eficácia de ambas as intervenções.

Os retornos se multiplicam com investimentos abrangentes na primeira infância na faixa de setores necessários para apoiar os resultados nutricionais que constroem o capital cognitivo. Um benefício infantil melhora o acesso à segurança alimentar, mas a água limpa e o saneamento adequado também

são essenciais. Claramente, há argumentos para investimentos em crianças por direito próprio. Isso se deve em parte aos retornos econômicos do capital humano/cognitivo. Por exemplo, 73 LICs e MICs⁷² demonstram que aumentar a matrícula na pré-escola para 50% em um único ano pode aumentar a produtividade de um país em US \$33 bilhões ao longo da vida dessas crianças, com uma relação custo-benefício entre US \$6,4:1 e US \$176:1. Outros argumentos dizem respeito à suavização do consumo de tempo de vida e da renda para as famílias que enfrentam mais pressão quando as crianças estão presentes. Estes argumentos são mais fortes para as crianças mais desfavorecidas, e as evidências apoiam claramente o investimento de ponderação para essas crianças.⁷³

Além disso, o desenvolvimento das crianças requer cuidado, estímulo, amor, segurança e proteção. A amamentação integra essas interações holísticas.

Além de nutrientes e condições de saúde adequadas, portanto, as crianças precisam de relacionamentos seguros, estáveis e estimulantes, bem como estímulo psicossocial para o desenvolvimento do cérebro e a capacidade cognitiva em evolução. Intervenções integradas - em nutrição, saúde, educação, proteção social, água, saneamento, proteção à criança e meios de subsistência - são mais eficazes na construção de capital cognitivo porque alavancam sinergias intersetoriais para multiplicar o impacto. Os benefícios da criança com um sistema abrangente de proteção social - uma intervenção intrinsecamente intersetorial - possibilitam melhor essas sinergias. O modelo de ciclo de vida da proteção social também fornece uma estrutura integradora para posicionar o leque de políticas favoráveis à família que se complementam e apoiam a gama de sinergias intersetoriais que promovem desenvolvimento social inclusivo, crescimento econômico equitativo e prosperidade para todos.

Recomendações

Esta revisão da evidência sobre benefícios para crianças apóia três recomendações vitais, incluindo:

- Todos os governos devem adotar benefícios para crianças como a base de um sistema abrangente de proteção social, permitindo que as famílias com crianças atendam às necessidades básicas, como alimentação, educação e saúde. Os governos devem expandir rapidamente a cobertura dos benefícios para crianças, trabalhando para alcançar progressivamente o fornecimento universal, maximizando o impacto da redução da pobreza, reduzindo o estigma, promovendo a inclusão e assegurando o maior impacto possível sobre o desenvolvimento.
- O setor privado deve apoiar os esforços dos governos, seus parceiros de desenvolvimento e outros intervenientes não estatais na construção de sistemas abrangentes de proteção social que incluam benefícios infantis em suas fundações. Os

benefícios para crianças (e outras transferências sociais) fazem com que os mercados trabalhem para os pobres e, ao permitirem os investimentos mais produtivos na primeira infância, constroem o capital cognitivo que hoje representa a fonte da prosperidade futura. Apreciando a poderosa contribuição para o tripé da sustentabilidade, o setor privado deve defender de maneira persuasiva os benefícios da criança.

- O governo, o setor privado e outras partes interessadas importantes devem trabalhar para garantir que os benefícios das crianças interajam de forma colaborativa e abrangente com outras iniciativas vitais para construir sinergias de desenvolvimento, incluindo o acesso a serviços sociais de qualidade para todas as crianças. Isso fortalecerá os benefícios e oportunidades de longo prazo para as famílias, maximizará o impacto sobre a prosperidade e gerará a maior contribuição para a realização dos ODS.

Notas finais

1. Fundo das Crianças Unidas, *Conferência dos Pensadores: Explorando as evidências sobre o ambiente familiar* Pofc; es, UNICEF, New York, 2019.
2. Hagen-Zanker, Jessica, et al, "Compreendendo o impacto de transferências de dinheiro: A evidência", *Overseas Development Institute*, Londres, 2016, <<https://www.odi.org/sites/odi.org.uk/files/resource-documents/10748.pdf>>.
3. Ibid.
4. Comissão Económica e Social das Nações Unidas para a Ásia e o Pacífico, *Sexta Conferência da População da Ásia e do Pacífico*, ESCAPAP da ONU, 2013.
5. Isso foi medido pela pontuação do índice de proteção social de cada país. Significa que os países aumentaram a cobertura tanto em saúde quanto em aposentadorias, reduziram as lacunas de cobertura entre assalariados e não assalariados, aumentaram os gastos sociais e / ou tiveram maior eficiência na assistência social.
6. Ocampo, Jose e Gomez-Arteaga, Natalie, 'Extensão dos Sistemas de Proteção Social da Previdência Social na América Latina: Uma avaliação', *Documento de Trabalho No. 52, Departamento de Proteção Social. Escritório Regional da OIT para a América Latina e o Caribe*, 2006, <https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---ed_protect/---soc_sec/documents/publication/wcms_538047.pdf>.
7. Berg, Janine e Tobin, Steven, 'Crescimento liderado pela renda como uma resposta à crise: Lições do Brasil, "A crise global - causas, respostas e desafios"', ILO, Geneva, 2011, <https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---dgreports/---inst/docu-ments/genericdocument/wcms_192380.pdf>.
8. Ibid.
9. Hanlon, Joseph, Barrientos, Armando e Hulme, David, 'Apenas dê dinheiro aos pobres: A Revolução do Desenvolvimento do Sul Global. Sterling', *Kumarian Press*, VA, 2010.
10. Hailu, Degol e Soares, Suarez D., 'O que explica o declínio da desigualdade no Brasil? Brasília: Centro Internacional de Políticas para o Centro Internacional de Políticas para o Crescimento Inclusivo', 2009.
11. Ibid.
12. Efeitos multiplicadores, associados à economia keynesiana, referem-se à renda gerada que excede a entrada inicial. Estimar esses efeitos é complexo, mas, para as tentativas de fazê-lo em um contexto africano, ver Davies, Simon e Davey, James, 'Uma abordagem multiplicadora regional para estimar o impacto das transferências de renda no mercado: O caso das transferências monetárias no Malawi rural', *Development Policy Review*, vol.26, no.1, 2008, pp.91-111; <<https://researchportal.bath.ac.uk/en/publications/a-regional-multiplier-approach-to-estimating-the-impact-of-cash-t>>.
13. Soares, Sergei, et al., 'Os Impactos do Benefício do Programa Bolsa Família sobre a Desigualdade e a Pobreza. As Condições do Programa Bolsa Família', *JA Castro e L. Modesto (eds): Bolsa Família 2003-10: Avanços e desafios*, IPEA, Brasília, vol. 2., janeiro de 2010, pp. 25-53.
14. Villa, Juan M., 'Social Transfers and Crescimento: A Evidência Perdida de Dados de Luminosidade', Documento de Trabalho da WIDER 2014/090, *Universidade das Nações Unidas*, 2014, <<https://www.wider.unu.edu/sites/default/files/wp2014-090.pdf>>.
15. Green, Andy, Janmaat, Jan G. e Han, Christine, 'Regimes de Coesão Social: Sociedades e a crise da globalização', Palgrave Macmillan, Palgrave Macmillan, Basingstoke, June 2011, <<https://dera.ioe.ac.uk/10486/1/Z.-Regimes-of-Social-Cohesion.pdf>>.
16. Ibid.
17. Departamento de Desenvolvimento Social, Agência de Segurança Social da África do Sul e Fundo das Nações Unidas para a Infância, *Avaliação de Impacto de Subsídios de Apoio à Criança na África do Sul: Evidências de uma pesquisa com crianças, adolescentes e suas famílias* UNICEF, DSD e SASSA, Pretória, 2012, <https://www.unicef.org/southafrica/SAF_resources_csg2012s.pdf>.
18. Ibid.
19. Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico, *Relatório de Cooperação para o Desenvolvimento 2013: Acabar com a pobreza*. OCDE, 2013; Samson, Michael, 'Forthcoming - Targeting vs Universalism - Considerações sobre políticas - Capítulo na revisão da segurança social'. HSRC e DSD, 2019.
20. Coady, David, Grosh, Margaret e Hoddinott, John, "Direcionamento de transferências em países em desenvolvimento: revisão de lições e experiências", Banco Internacional para Reconstrução e Banco Mundial, Washington, DC, 2004, <<http://documents.worldbank.org/curated/en/464231468779449856/pdf/302300PAPER0Targeting0of-0transfers.pdf>>.
21. Cecchini, Simone e Madariaga, Aldo, 'Programas de Transferência Condicional de Renda: A experiência recente na América Latina e no Caribe', Nações Unidas, Santiago, novembro de 2011; Molyneux, Maxine, 'Mudança e Continuidade na Proteção Social na América Latina: Mães a serviço do Estado? UNRISD, Genebra, 2007 <<https://www.files.ethz.ch/isn/45959/001.pdf>>.
22. Samson, Michael, et al., "O Impacto Social e Econômico do Sistema de Segurança Social da África do Sul", *EPRI*, Cape Town, setembro de 2004, <<https://allafrica.com/download/resource/main/idadts/00010352:3ca37b-223f2ad1b0dc-6479ccca726034.pdf>>.
23. Chayathorn, 2018.
24. Organização para a Cooperação e DesenvolvimentoCO2.2: *Pobreza Infantil*, OCDE, 2015, <http://www.oecd.org/els/soc/CO_2_2_Child_Poverty.pdf>.
25. Dados para 2015, com base no rendimento disponível do agregado familiar equivalente, ou seja, o rendimento após impostos e transferências ajustado para o tamanho da família. O limiar da pobreza é estabelecido em 50% do rendimento médio disponível em cada país. Dados para a Hungria, Islândia a partir de 2014; Ibid.
26. Fundo das Nações Unidas para a Infância, *Estratégia para a nutrição melhorada para crianças e mulheres em países em desenvolvimento: Uma revisão da política do UNICEF*, UNICEF, New York, 1990, <http://www.ceecis.org/iodine/01_global/01_pl/01_01_other_1992_unicef.pdf>.
27. Ibid.
28. Yang, Lichao, et al., 'Universssl Child Benefits and Dignity and Shsme', UNICEF, 2019, <https://socialprotection.org/sites/default/files/publications_files/Universal%20Child%20Benefits%20and%20Dignity%20and%20Shame.pdf>. https://socialprotection.org/sites/default/files/publications_files/Universal%20Child%20Benefits%20and%20Dignity%20and%20Shame.pdf
29. Para um mundo mais pacífico: A promessa de programas de desenvolvimento da primeira infância, Novas Diretrizes para o Desenvolvimento da Criança e do Adolescente, 2018.
30. Banco Mundial, *Reposicionando Nutrição e Desenvolvimento: Uma estratégia de ação a grande escala*, Banco Internacional

- de Reconstrução e Desenvolvimento, Banco Mundial, Washington, DC, 2006, <<https://www.unhcr.org/45f6c4432.pdf>>.
31. Dandekar, K., Esquema de Garantia de Emprego: Oportunidades de empregopara mulheres. Pune: Instituto Gokhle de Política e Economia Citado em: HLPE (2012) Proteção Social para a segurança alimentar. Um relatório do Alto Nível de Especialistas em Segurança Alimentar e Nutrição do Comitê de Segurança Alimentar Mundial. Pune: Instituto Gokhle de Política e Economia, 1982; UNICEF, Estratégia para nutrição melhorada para crianças e mulheres em países em desenvolvimento: Uma revisão da política da UNICEF, UNICEF, New York, 1990. Davies, M. (2009). DFID Evolução das Transferências Sociais Relatório sucinto, IDS, Brighton, 2009.
 32. Heinrich, Carolyn, Hoddinott, John e Samson, Michael, 'O Impacto do Subsídio de Apoio à Criança da África do Sul na Escola e Aprendizagem, setembro de 2012, <https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?Abstract_id=2144975>.
 33. Attanasio, Orazio, et al., 'Como são eficazes as transferências condicionais de dinheiro? Evidências da Colômbia, nota informativa do ISF 54', Institute for Fiscal Studies, Londres, 2005, <<https://www.ifs.org.uk/bns/bn54.pdf>>.
 34. Instituto de Pesquisa e Política Econômica, Fundo das Nações Unidas para a Infância, Instituto de Pesquisas para o Desenvolvimento da Tailândia, Relatório de Inauguração do Relatório de Avaliação de Desempenho da CSsmd Child (CSG), UNICEF, Bangkok, abril de 2019.
 35. Satriawan, Elan, 'Avaliando o Impacto a Longo Prazo do Programa de CCT da Indonésia: Evidências de um Estudo de Controle Aleatório', presented at the JPAL SEAConference on Social Protection, Jakarta, January 2016, <https://www.povertyaction-lab.org/sites/default/files/documents/Satriawan_final.pdf>
 36. Frufonga, Ronaldo F, 'O Programa Pantawid Familyang Pilipino (4Ps) em Iloilo, Filipinas: Uma Avaliação', Jornal Asia Pacifico de Pesquisa Multidisciplinar, vol.3, no. 5, janeiro de 2016, <<http://www.apjmr.com/wp-content/uploads/2016/01/APJMR-2015-3.5.2.08.pdf>>.
 37. Gertler, Paul, "Transferências Condicionadas em Dinheiro Melhoram a Saúde da Criança? Evidências do Experimento de Controle de Randomização do PROGRESA", The American Economic Review, 1668 vol. 94, no. 2, janeiro de 2004, pp. 336-341.
 38. Ibid.
 39. Adato, Michelle, 'Integração de Pesquisa e Métodos Etnográficos para Avaliar Programas de Transferência de Renda Condicional', Internstionsl Food Policy Resesrch Institute, 2008, <<https://core.ac.uk/download/pdf/6337617pdf>>.
 40. Banco Asiático de Desenvolvimento 2008
 41. Skoufias, Emmanuel, Di Maro, Vincenzo, 'Transferências de Dinheiro Condicionais, Incentivos ao Trabalho Adulto e Pobreza Atual', Jornal de Estudos de Desenvolvimento, vol. 44, no. 7 fevereiro de 2008, pp. 935-960.
 42. Freije, Samuel, Bando, Rosângela e Arce, Fernanda, "Transferências Condicionais, Oferta de Mão-de-Obra e Pobreza, Micro-simulando Oportunidades", Economics, vol. 7 no. 1, outono 2006, pp.73-124.
 43. Parker, Susan W., "Avaliação do Impacto de Oportunidades Sobre a Inscrição, Reprovação e Abandono Escolar", Secretaria de Desenvolvimento Social (SEDESOL), Cidade do México, março 2003, <https://evaluacion.prospera.gob.mx/es/wersd53465sdg1/docs/2002/insp_2002_impacto_inscripcion_escolar.pdf>.
 44. Ibid.
 45. Ibid.
 46. Ibid.
 47. Aguero, Jorge M., Carter, Michael e Woolard, Ingrid, 'O impacto das transferências monetárias incondicionais na nutrição: Subsídio de Apoio à Criança da África do Sul, Centro Internacional de Pobreza, PNUD 2007 <<https://ipcig.org/pub/IPCWorkingPa-per39.pdf>>.
 48. Ibid.
 49. Benjamin, Davis, 'O Impacto das Transferências Sociais de Dinheiro nos Meios de Subsistência e nos Resultados do Mercado de Trabalho: As evidências do sub-saariano: Proteção social, empreendedorismo e ativação do mercado de trabalho Evidência de melhores políticas', FAO, Brasília, 2014.
 50. Ibid.
 51. Todd, Jessica E., Winters, Paul e Hertz, Tom, 'Transferências Condicionais de Dinheiro e Produção Agrícola: Lições da experiência de Oportunidades no México', Jornal de Estudos de Desenvolvimento, vol. 46, No. 1, janeiro 2010, pp. 39-67 <<https://doi.org/10.1080/00220380903197945>>.
 52. Gertler, Paul, Martinez, Sebastian e Rubio-Codina, Marta, "Investindo transferências de dinheiro para elevar os padrões de vida de longo prazo", American Economic Journal: Applied Economics, vol. 4, No. 1, 2012, pp. 164-92.
 53. Soares, Fabio V, 'Os CCTs diminuem o impacto da atual crise econômica? Sim, mas ...', janeiro de 2009.
 54. Organização Internacional do Trabalho, G20 Country Briefs: Resposta do Brasil à crise. Genebra: Escritório da Organização Internacional do Trabalho, 2010; Orton, I., Lidando com a Crise: Gerenciando a Seguridade Social em Tempos Incertos, Projeto ISSA Monitor de Crise, ISSA, Genebra, 2012; Secretaria Nacional de Renda de Cidadania, El Programa Bolsa Familia y la cooperacion -Sur. Brasília, 2010.
 55. Ibid.
 56. Orton, Ian e Wood, Alan, 'Estudo de caso de país em crise: África do Sul, International Social Security Association, Genebra, 2010,
 57. Escritório de Orçamento do Congresso, 'Estimativa do impacto da Lei Americana de Recuperação e Reinvestimento sobre Emprego e Produção Econômica de abril de 2010 a 2010', Washington, DC, 2010.
 58. Ravallion, Martin, Crescimento Pro-Pobre: A Primer', Documento de Trabalho de Pesquisa de Políticas No. 3242. Banco Mundial, Grupo de pesquisa de desenvolvimento, Washington, DC, 2004; Departamento para o Desenvolvimento Internacional, Transferências sociais e pobreza crônica: evidências emergentes e o desafio à frente. DFID, Londres, 2005.
 59. Ministério Federal para a Cooperação Econômica e Desenvolvimento e Futuros Fabricantes, Proteção Social e sua Contribuição para a Coesão Social e Construção do Estado, GIZ, 2012, <<https://www.odi.org/sites/odi.org.uk/files/odi-assets/publications-opinion-files/7759.pdf>>.
 60. Organização Internacional do Trabalho, Relatório do Mundo Laboral 2010: De uma crise para a próxima?, OIT (Instituto Internacional de Estudos do Trabalho), Genebra, 2010, <https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---dgreports/---dcomm/---publ/docu-ments/publication/wcms_145259.pdf>.
 61. Ibid.
 62. Associação Internacional de Seguridade Social, Extensão de Cobertura da Previdência Social nos BRICS: Um Estudo Comparativo sobre a Extensão da Cobertura no Brasil, Federação Russa, Índia, China e África do Sul. Associação Internacional de Seguridade Social Genebra, Suíça, 2013.
 63. Woolard, Ingrid, 'Impacto dos programas governamentais usando conjuntos de dados administrativos: Subsídios de Assistência Social, Relatório para Rede de Pobreza Regional da África Austral, Junho de 2003.

64. Cantillon, Bea, 'Os efeitos da pobreza na proteção social na Europa: Alargamento da UE e suas lições para países em desenvolvimento, na P Townsend (ed.): Construção de Sociedades Dignas Repensando o papel da seguridade social no desenvolvimento. Basingstoke' Palgrave Macmillan, 2009.
65. GIZ, Proteção Social e sua Contribuição para a Coesão Social e a Construção do Estado, 2012.
66. Pickett, Kate e Wilkinson, Richard, "O nível de espírito: Por que a igualdade é melhor para todos", Allen Lane, 2009.
67. Organização Internacional do Trabalho, Relatório do Mundo Laboral 2012: Melhores empregos para uma economia melhor, OIT (Instituto Internacional de Estudos do Trabalho), Genebra, 2012.
68. Subramanian, Arvind, 'A história de sucesso mauriciano e suas lições', UNU-WIDER, 2009.
69. Heckman, James J., 'A equação de Heckman. Investir no desenvolvimento da primeira infância. Reduzir déficits, fortalecer a economia', dezembro de 2012, <https://heckman-equation.org/www/assets/2013/07/F_HeckmanDeficitPiece-CUSTOM-Gen-eric_052714-3-1.pdf> .
70. Carneiro, Pedro e Heckman, James, 'Política de Capital Humano'. no. 821. IZA, julho 2013.
71. Vogl, Tom S., 'Educação e Saúde em Economias em Desenvolvimento' Woodrow Wilson School de Assuntos Públicos e Internacionais, Programa de Pesquisa em Estudos de Desenvolvimento. Universidade de Princeton, 2012.
72. Engle, Patrice L., et al, 'Estratégias para reduzir desigualdades e melhorar resultados desenvolvimentais para crianças pequenas em países de renda baixa e média The Lancet, vol. 378, no. 9799, outubro de 2011, pp. 1339-1353, <[https://doi.org/10.1016/S0140-6736\(11\)60889-1](https://doi.org/10.1016/S0140-6736(11)60889-1)> .
73. Garcia, Jorge, et al., "Quantificando os Benefícios do Ciclo de Vida de um Programa Prototípico da Primeira Infância", National Bureau of Economic Research,, de junho de 2017; Glewwe, Paul e Krafft, Caroline, 'Benefícios e Custos das Metas de Educação para a Agenda de Desenvolvimento Pós-2015', Documento de Perspectiva da Educação, Copenhagen Consensus Center, 2014; <https://www.copenhagenconsensus.com/sites/default/files/education_perspective_-_glewwe_krafft0.pdf> de >, Heckman, James J., "escolas, habilidades, e sinapses", inquérito econômico, Western Economic Association International, vol. 46, no. 3, junho 2008, pp. 289-324, < <https://www.nber.org/papers/w14064> > .



Publicado pela UNICEF
Early Childhood Development
3 United Nations Plaza
New York, NY 10017, USA

Para dados mais recentes, visite:
www.unicef.org/early-childhood-development/family-friendly-policies

© Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF)
Julho de 2019